

HABEAS CORPUS Nº 548.880 - GO (2019/0358222-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **LARISSA MARIA TIBURCIO CARDOSO**
ADVOGADO : **LARISSA MARIA TIBURCIO CARDOSO - MG195648**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
PACIENTE : **AUTIERES ROBERTO LUIZ SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de AUTIERES ROBERTO LUIZ SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5671231.63.2019.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante (e-STJ fls. 72/93), tendo sido a prisão convertida em preventiva (e-STJ fls. 10/13), e, posteriormente, denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, c/c os arts. 70 e 29 (por três vezes), todos do Código Penal, tendo em vista que (e-STJ fl. 29):

Consta dos presentes autos de inquérito policial que, no dia 25 de julho de 2005, por volta das 20 horas e 30 minutos, na Rua Benjamim Luiz Vieira, QD. 08, LT. 07, Setor Criméia Oeste, nesta Capital, os denunciados DANILO GERALDO DA MOTA, WELLINGTON GERALDO MOTA e AUTIERES ROBERTO LUIZ DA SILVA agindo em concurso de vontades, com preordenação dolosa e unidade de desígnios, subtraíram, para todos, mediante violência exercida com emprego de arma de fogo, um aparelho celular Siemens, habilitado pela operadora TIM, n. 81295806 e uma máquina caça níquel, modelo mini-gol de propriedade da vítima ELEDIR ALVES BARBOSA, R\$ 20,00 (vinte reais) em espécie, da vítima WILLIAM AMARAL JÚNIOR, e R\$ 10,00 (dez reais) em espécie da vítima SINVALDO SILVA.

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a formação da culpa.

Sustenta que "*a prisão se prolonga por período superior a 210 (duzentos e dez) dias sem que a instrução tenha sequer iniciado*" (e-STJ fl. 6), tendo sido o interrogatório designado somente para o dia 9/6/2020, apesar de inexistência de

complexidade da causa em apreço e de o atraso no andamento do feito não decorrer de atos imputados ao denunciado.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão decretada em desfavor do paciente (e-STJ fls. 3/9).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, a impetrante não juntou aos autos cópia da decisão combatida, no caso o HC n. 5671231.63.2019.8.09.0000 preferido pelo Tribunal local.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. [...] INSTRUÇÃO DEFICIENTE. [...] HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A ausência de peça essencial ao deslinde da controvérsia impede o conhecimento do habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se prestando à dilação probatória, exigindo-se prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração.

[...]

4. Habeas corpus denegado (HC 425.459/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 26/03/2018).

AGRAVO INTERNO. HABEAS CORPUS. [...] INSTRUÇÃO DEFICIENTE. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Cabe ao impetrante o esboço do aparelho de defesa, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

2. Ausentes documentos comprobatórios da irresignação defensiva,

Superior Tribunal de Justiça

inviável a análise da questão por este Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno desprovido (AgInt no HC 419.561/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator